



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### A FAMÍLIA E A ESCOLA, PARCEIRAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Rosalina Evangelista dos Santos§§§§§§§§§§  
(Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia)

Klayton Santana Porto\*\*\*\*\*  
(UFRB)

Luana Silva Santana††††††††††  
(FTC)

Zenaide de Oliveira Ferraz Silva#####  
(FTC)

#### RESUMO

A educação inclusiva é um movimento social que atualmente traz desafios em que força a estrutura educacional a buscar elementos que a torne mais justa e democrática assegurando a todos os estudantes, independente de sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológica, a igualdade de oportunidades educativas, onde será possível preparar o educando para uma vida futura, independente e produtiva, trazendo-lhe a igualdade de oportunidades educativas. Visando entender como se dá esse processo educacional que envolve escola e família foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, que teve como objetivo estudar o papel da Escola e da família no processo da inclusão de crianças portadoras de Necessidades Educativas Especiais. A

---

\*Mestre em Educação Científica e Formação de Professores (UESB). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia;

\*\*Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS), Especialista em Mídias na Educação (UESB), Especialista em Educação Inclusiva e Especial (FINOM). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);

\*\*\*Especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade (FINOM). Professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC);

\*\*\*\*Mestre em Bioenergia (FTC). Professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia.

§§§§§§§§§§

\*\*\*\*\*

††††††††††

#####



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

partir deste artigo foi possível perceber que o pilar família/escola modifica o ambiente familiar e escolar e, conseqüentemente, as necessidades de aprendizagem requeridas pelos filhos que, sem a devida assistência familiar, influenciam no processo ensino aprendizagem, atribuindo às frustrações do aluno, da escola e da família ao se sentir incapaz diante do resultado negativo apresentado pelo filho. Assim, a importância da parceria família/escola no processo da Educação inclusiva, pois a inclusão dos alunos com com NEE é também entendida como responsabilidade da família e da sociedade como um todo pois sem o apoio familiar a escola não poderá democratizar nem socializar a educação inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família. Escola. Educação Inclusiva.

### INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) está constantemente em pauta nos estudos educacionais para que se consiga chegar a uma escola ideal que acolha a todos, independente de suas limitações.

A inclusão escolar está relacionada à capacidade com que as escolas devem passar a ter, a fim de educar todas as crianças, jovens e adultos que apresentem necessidades educativas especial. Estainclusão implica, por conseguinte, em ampliar o número de unidades escolares que recebam a todos os estudantes sem distinção ,independente de suas condições culturais, pessoais ou sociais.

O papel da escola, no processo de integração/inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, possivelmente venha ampliar nestes alunos habilidades essenciais para que este alcance uma maior autonomia, mastambémnas oportunidades que contribuam com o processo evolutivo deste como pessoa.

As escolas, as quais tomem como eixo norteador a orientação da inclusão, precisam considerar as diferenças dos estudantes. Neste prisma, o processo de inclusão passa a ser uma possibilidade que abre seu leque para aperfeiçoamento



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

no âmbito educacional e no bem comum de todos os alunos, participantes no processo educacional.

Neste sentido, este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo geral foi investigar e estudar o papel da Escola e da família no processo da inclusão de crianças portadoras de NEE, uma vez que a inclusão destes alunos é também entendida como responsabilidade da família e da sociedade como um todo, pois sem o apoio familiar a escola não poderá democratizar nem socializar a educação inclusiva.

### **TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender o indivíduo portador de deficiência na escola no ensino regular oferecendo-lhe o suporte dos serviços de educação especial por meio de profissionais habilitados para a Educação Especial (MAZZILLO, 2008, p.27).

Para que ocorra a inclusão de alunos com necessidades especiais, é necessário um acompanhamento educacional que lhe ofereça condições de atingir uma maior capacidade de aprendizagem, pois como nos informam os PCNs os fracassos decorrentes de situações específicas passam a traduzir-se num fracasso geral, resultando no próprio abandono da escola (BRASIL, 1996).

A inclusão não se limita apenas aos alunos portadores de NEE, mas envolve família, professores e a comunidade em que o indivíduo está inserido, visando à construção de uma sociedade mais humana (MAZZILLO, 2008).

Crianças que apresentam uma determinada dificuldade no aprender vêm de certa maneira representar um desafio de diagnóstico na educação, pois os alunos passam por diversas batalhas, estas podem ser externas ou internas, pois, antes de tudo, a criança admite suas deficiências. No entanto, não é difícil de encontrar professores, que por ignorância consideram os indivíduos com NEE como preguiçosos. Esta postura não só qualifica o aluno, mas também, acaba por



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

esconder ou mascarar a prática docente desenvolvida por estes professores, que conferem a estes alunos certos adjetivos pejorativos por falta de conhecimento no assunto das NEE.

Deficiências, carências ou diferenças que vão desde comparações e atribuições valorativas de seus hábitos cotidianos até sua incompetência lingüística. Dessa forma, percebe-se afetados o campo físico (na inabilidade de utilizar objetos que ela não conhece, por exemplo), o sócio-afetivo (na inabilidade de se relacionar em determinados meios) e o campo intelectual (na inabilidade de se comunicar de forma eficiente ou aprender na escola) (GRIFFO, 2002, p.40).

A partir desta análise, pode perceber que a Educação Especial reporta o procedimento advindo do paradigma participação-exclusão no âmbito da ação desenvolvida na escola.

### **BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A legislação que protege a educação brasileira ampara a educação especial seja centrada em um processo de inclusão que parte da premissa de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no intuito de que estas possam ser incluídas em toda a rede regular de ensino. (SANTOS, 2010).

Pautada em uma filosofia a qual vislumbra os direitos humanos, a Constituição Federativa Brasileira de 1988denotou a restauração da sem medo. Nela, a educação ganhou lugar de altíssima relevância. O país inteiro despertou para esta causa comum.

As emendas populares calçaram a idéia da educação como direito de todos (direito social) e, portanto, deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade. Em síntese, transformadora da realidade. Para tanto, deveria pautar-se pelos seguintes fundamentos: no título VI – “Da ordem Social” – Art. 208, inciso III: O dever do Estado com a



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

educação será efetivado mediante a garantia de Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (CARNEIRO,1997, p. 22).

A preocupação com a inclusão dos portadores de necessidades especiais intensificou a partir da década de 1980. Mas conservadores e falsos mitos mantiveram a opressão e violência contra PNEE, são extintas tornando-se mais forte com a Conferência Mundial sobre Educação para todos em 1990 e com a Declaração de Salamanca, que anuncia que as escolas regulares inclusivas constituem um meio mais eficaz de combate de discriminação, junto a estas, as Leis de políticas públicas. (BRASIL, 1994)

A Declaração de Salamanca, promulgada junho de 1994, foi realizada a partir do apoio de mensageiros, de 92 países e 25 organizações internacionais, que se reuniram e realizaram a Conferência mundial de Educação, conferencia esta que foi patrocinada pelo governo espanhol e pela UNESCO.

A Declaração de Salamanca surgiu do seguinte argumento:

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são as mais eficazes no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos.A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos. Acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade e todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parcerias com a comunidade.(BRASIL 1994, p 9).

A partir da Declaração de Salamanca, da qual resultou um documento elaborado pelas Nações Unidas, intitulado de “Regras Padrões, sobre Equalização



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de Oportunidades para Pessoas com Deficiências” veio exigir que os estados membros assegurassem a educação de pessoas com NEE seja parte complementar do sistema educacional. Esta premissa serviu para reafirmar o compromisso com o lema da “Educação para Todos”, pois reconhece a necessidade de providenciar, uma educação para as crianças, os jovens e os adultos portadores de NEE.

Assim a Declaração de Salamanca proclama que:

Toda criança tem direito fundamental á educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Aquelas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que } deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades; Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema(BRASIL,1994, p. 8).

Na Declaração de Salamanca ficou especificado que os educandos com NEE devem ganhar um apoio complementar a fim de garantir uma educação efetiva, garantir uma boa relação de solidariedade entre alunos normais e alunos especiais. Este é um passo importante para a inclusão, pois a Declaração de Salamanca conveio para auxiliar a encontrar meios a fim de adaptar e receber as crianças com NEE nas escolas regular de ensino, proporcionando assim que estes sejam tratados com direitos iguais, assim, resguardando educação com eficiência. Que esse aluno se integre e socialize com outras crianças, sendo valorizadas como ser humano com habilidades e competências a desenvolver, sem discriminação na entidade acolhedora.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A proposta de uma educação inclusiva necessita ter uma definição de dever e que esse dever precisa ser assumido pelo Estado e com a parceria de toda a sociedade, tanto no planejar as ações como na administração da mesma.

Neste sentido, faz-se necessário também que:

O currículo e a avaliação devem ser funcionais, buscando meios úteis e práticos para favorecer o desenvolvimento das competências sociais, o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade, e a inclusão do aluno na sociedade. (BRASÍL, 2007).

As políticas de educação possuem como meta incluir os alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, e isso exige interação constante entre professor da classe comum e os dos serviços de apoio pedagógico especializado, o que preocupa alguns educandos não atingirem ou alcançarem rendimento escolar satisfatório (BRASIL, 2005).

O Plano Nacional de Educação coloca 27 metas para que a inclusão de crianças com NEE aconteça de maneira eficaz que, de forma sintética tratam do: desenvolvimento de programa, em todos os municípios que visem a ampliação de ofertas de atendimento aos PNEE, desde a educação inicial à qualificação profissional; e a educação continuada de professores em exercício e formação em instituições de ensino superior (BRASIL, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB (Lei n 9394/96) aborda nos artigos 58,59 e 60 do Capítulo V, a Educação Especial (CARNEIRO, 1997).

Diferentemente dos textos anteriores da LDB, a nova lei, de número 9.394/96, dedica um capítulo específico à educação especial, definindo, inclusive, as forma de organização, estruturadas, preferencialmente, na rede regular de ensino, por entender que todos devem alcançar a independência social e econômica, bem como integrar-se plenamente na vida em sociedade (CARNEIRO, 1997, p. 157).



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A Lei de Diretrizes e Bases-LDB (Lei n 9.394/96) partiu da premissa de que há uma enorme distância entre a igualdade de oportunidades e a igualdade social. O início do movimento inclusivo propriamente dito teve início no Brasil por volta dos anos 90, posteriormente à elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), afirma no capítulo IV, art.53 que a criança e o adolescente têm direito a educação, no sentido de prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (CARNEIRO, 1997).

A mesma lei supracitada afirma no capítulo IV, art.54, inciso III que é dever do estado oferecer uma educação especializada aos estudantes com deficiência. Entretanto quando se aborda o tema inclusão, fica claro que estamos frente a uma novidade de uma sociedade a qual se configura heterogênea, que não permite, porém, que apareçam suas diferenças.

No dia 15 de março do ano de 1990 as imputações referentes à Educação Especial ficaram sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica – SNEB.

Aprovando a estrutura regimental do Ministério da Educação, o Decreto nº 99.678, de 8 de novembro de 1990, incluiu como órgão da SENEb o Departamento de Educação Supletiva e Especial - DESE, com competências específicas com relação à Educação Especial. O Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos ficaram vinculados a SENEb, para fins de supervisão ministerial, mantendo-se como órgãos autônomos, (MAZZOTTA, 2005, p. 59).

A partir da análise do texto anterior, pode-se perceber que, em relação ao acolhimento às pessoas com deficiência no território brasileiro, a Constituição Federal e demais textos de caráter oficial na União, a procura pela criação de instituições, gerenciadas pelos próprios pais, dedicadas à educação especial é grande. Isto acaba sendo uma falácia de importantes grupos de pais permite uma





ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

maior consolidação da almejada parceria existente entre ação do governo e a sociedade civil (MAZZOTTA, 2005).

Por outro lado, atualmente tem-se feito registros da organização de movimentos e associações de pessoas portadoras de deficiência, independente do tipo ou grau, onde as pessoas têm trazido suas penúrias à ciência dos organismos do governo, nos diversos níveis do organismo social. Com isso, percebe-se que, lentamente, os esforços com a finalidade de assegurar suas necessidades estão sendo realizados de maneira efetiva.

Assim, ter ciência acerca da relevância da cooperação das pessoas portadoras de deficiência na elaboração, recebimento de recursos e execução das obras a eles destinadas é, sem sombra de dúvidas, um modo de a sociedade se tornar democrática e garantir uma melhor prática pedagógica em ambiente escolar.

### **A FAMÍLIA, A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Há dificuldades dos familiares, quanto à aceitação da criança que nasce diferente. No primeiro momento, quando as famílias recebem a notícia, cada um dos elementos da família reage de forma diferente, havendo muitas vezes, dificuldades no desempenho de papéis, isto porque, além de aprender, a ser pai/mãe, os pais terão que ser pai/mãe de uma criança diferente que não esperavam. Como amar? Como se gostar de alguém que não se desejou assim? Há um sentimento de perda muito grande, perda do filho sadio, perda do filho sonhado e perda do sonho. O pai da criança deve estar inserido neste contexto, para que possa apoiar-se um ao outro, a fim de tornar a sua preocupação maternal/paternal primária livre de ressentimento. Daí a necessidade de imediatamente receberem apoio especializado. (BIANCHETTI, 1998).

A vergonha da família de expor a criança especial à sociedade torna-se um terrível entrave à sua reabilitação, principalmente quando ela tem a



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

responsabilidade de procurar alguma assistência. A superproteção é outra barreira, pois cria insegurança na criança e a afasta da interação social, funcionando de certo modo, como um tipo de rejeição. (BIANCHETTI, 1998).

É preciso mostrar o lado sadio do filho. Independente da patologia que está ali associada existe ali uma criança que, se for amada e estimada muito irá se desenvolver.

A criação de um clima de relações tranqüilo e o apoio de toda a família são as condições necessárias para o estabelecimento de uma intervenção precoce bem sucedida, e ao mesmo tempo, a principal meta dessa intervenção.

Para os profissionais da área, é fundamental o reconhecimento dos diferentes tempos da criança para poder responder adequadamente as solicitações da mãe e filho, a fim de que possamos atuar como mediadores na construção desta relação. (ÁLVARES, 2004, p. 78).

. Quanto ao desenvolvimento da autonomia moral, geralmente as escolas esbarram em obstáculos, muitas vezes intransponíveis, advindos das concepções e dos modos habituais de se conviver com pessoas deficientes.

A criação de um clima de relações tranqüilo e o apoio de toda a família são as condições necessárias para o estabelecimento de uma intervenção precoce bem sucedida, e ao mesmo tempo, a principal meta dessa intervenção. Para oferecer as crianças um ambiente favorável ao seu crescimento, os pais têm que, sentirem-se seguros e aptos a reconhecer seus sentimentos confusos, para com as novas exigências que as aguardam.

A vergonha da família de expor a criança especial à sociedade torna-se um terrível entrave à sua reabilitação, principalmente quando ela tem a responsabilidade de procurar alguma assistência. A proteção exagerada é outra barreira, pois cria insegurança na criança e a afasta da interação social, funcionando como uma rejeição.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

É importante para a criança ter liberdade para explorar o espaço que a circunda para tornar-lhe independente. Colocar crianças com NEE em escolas ou classes regulares não basta. É preciso em primeiro lugar negociar constantemente com os pais, que buscam naturalmente a melhor qualidade de ensino para os seus filhos, e negociar com todos os recursos humanos da escola, pois vai ser necessário programar modificações na gestão, na organização, no equipamento, nos suplementos terapêuticos, e nas atitudes.

Promover a Educação Inclusiva deve ser uma tarefa para uma equipe multidisciplinar que deve adotar uma estratégia do tipo pensar em grupo é pensar melhor, pois só dessa forma se podem explorar todas as opções potenciais de inclusão e não só as mais correntes acessíveis ou tradições.

A relação professor/aluno constituiu-se num instante questionamento. Esta relação foi sendo estudada através de várias concepções. O sujeito é reconhecido como alguém que pode aprender que tem potencialidades. O professor acredita que ele tem possibilidades de aprender, dessa forma, coloca o aluno em lugar de quem tem algo para dar.

Para que esse processo possa se consolidar, o diálogo deve integrar o trabalho escolar, a linguagem é considerada o instrumento psicológico mais importante, portanto, a família e a escola devem criar situações para ampliar possibilidades de estímulos ao desenvolvimento e a interação social. Deste modo, o trabalho em grupo é fundamental para a construção de sua própria cultura e de sua história, modificando-se e provocando transformações nos demais sujeitos que com ele interage.

### CONCLUSÕES

Entendendo, portanto, que a educação inclusiva é uma atividade que se insere num contexto social que envolve disposições e capacidades distintas das aplicadas, deve-se levar em consideração todas as dificuldades nela subjacente



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

para o bom desenvolvimento do processo pedagógico e, assim, articular a diversidade encontrada em sala de aula, a fim de revertê-la para a condução de um trabalho de sucesso. Neste prisma, vale destacar que, por meio deste trabalho, ficou claro que as escolas ainda não estão preparadas para uma educação especial, por mais que os professores tomem cursos e desenvolvam estudos na área da Educação Inclusiva, faltam pessoas especializadas e, sobretudo, com “dom” para dar suporte ao trabalho em sala de aula.

Quando pensamos em integração como participação podemos simultaneamente lembrarmos da importância da participação interativa e efetiva dos estudantes com NEE no processo de integração, considerando todos os estudantes como membros integrantes da comunidade escolar e em todas as atividades formais ou informais, reforçando-lhe o direito a um apoio adequado para satisfazer as NEE.

Uma escola inclusiva deve elencar, portanto, o requerimento e a promoção de direitos à cidadania, de valores de aceitação, de pertença de tolerância, de respeito e levar ao reconhecimento da igualdade entre os envolvidos na educação especial. Sendo assim, a Educação Inclusiva torna-se capaz de introduzir no processo de ensino/aprendizagem novos métodos de trabalho, novos modelos de organização e colaboração de professores que contribuirão para a acessibilidade.

O papel da escola no processo de integração/inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais não se resume apenas em poder desenvolver neles habilidades essenciais para conquista de uma maior autonomia, mas também nas possibilidades de poder contribuir com a sua evolução como pessoa. Portanto, a parceria da escola com a família é uma soma de desenvolvimento de avanços e superações destes alunos.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Manuel. **O Projeto Educativo da Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BIANCHETTI, L. et al. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1998.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação - sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas/ coordenação geral SEESP/MEC**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: [www.plnalto.gov.br](http://www.plnalto.gov.br). Acesso em: 15 de outubro de 2014.
- \_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas/ coordenação geral SEESP/MEC**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007
- CARNEIRO, M. A. Integração de alunos considerados Especiais nas redes públicas de ensino - um olhar Vygotskyano. In. ABRAMOWICZ, A. et al. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papyrus, 1997.
- GRIFFO, Clenice. Dificuldades de aprendizagem na alfabetização: perspectivas do aprendiz. In: SENA, Maria G. C.; GOMES, Maria F. C. **Dificuldades de aprendizagem: na educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.p.39-54.
- MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAZZILLO, I. B. C. V. **Inclusão escolar: dissonâncias entre teorias e prática**. In\_\_\_\_ DELOU, C. M. C. et al. **Fundamentos teóricos e metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE, 2008.
- SANTOS, F. **Deficiência visual: conceitos e orientações**. In\_\_\_\_ DELOU, C. M. C. et al. **Fundamentos teóricos e metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE, 2010.